

Carta do Encontro PJe Novos Rumos

São Paulo, 29 de abril de 2026

Nós, magistrados, servidores e parceiros institucionais reunidos no Encontro PJe Novos Rumos, declaramos os princípios e compromissos que nos unem em torno do Processo Judicial Eletrônico.

O PJe é patrimônio coletivo do Poder Judiciário, e não produto de uma instituição ou de uma gestão. Sua continuidade depende de todos nós.

Muitas das melhores soluções do PJe nasceram da resposta concreta de tribunais a problemas concretos. A inventividade local é, e seguirá sendo, fonte legítima de evolução do sistema. Comprometemo-nos a transformar essa inventividade em construção compartilhada, oferecendo à comunidade o que desenvolvemos e acolhendo, com igual disposição, o que nos é oferecido.

A diversidade entre tribunais e segmentos da Justiça é expressão legítima da pluralidade institucional do Judiciário, e não obstáculo a ser suprimido. Buscaremos a convergência técnica do sistema com o cuidado de preservar essa pluralidade. Unidade não é sinônimo de uniformidade.

Comprometemo-nos com a construção dialógica das decisões que afetam a comunidade. Privilegiaremos a construção do consenso, sem permitir que sua ausência inviabilize o avanço das medidas necessárias.

A segurança da informação, a integridade do sistema e a proteção dos dados judiciais são expressão direta da confiança que a sociedade deposita no Poder Judiciário, e não exigências formais a serem cumpridas. Fortaleceremos, em conjunto, as camadas de proteção do sistema, partilhando conhecimentos e boas práticas em infraestrutura e segurança da informação. Trata-se de responsabilidade integralmente comum.

A experiência de quem usa o sistema orienta o nosso trabalho. Magistrados, servidores, advogados, membros do Ministério Público, defensores e jurisdicionados são os destinatários do que fazemos, e é em função deles que a usabilidade, a performance e a estabilidade do PJe devem ser permanentemente aperfeiçoadas.

Sustentaremos uns aos outros. Tribunais de maior maturidade técnica colocarão sua experiência a serviço da comunidade; tribunais que enfrentem dificuldades encontrarão na rede o apoio de que necessitam. Atuaremos em conjunto perante o Conselho Nacional de Justiça e demais instâncias da rede para construir soluções de interesse comum.

Desenvolveremos coletivamente nossa capacidade de incorporar, com responsabilidade, as tecnologias emergentes — entre elas a inteligência artificial — ao serviço da prestação jurisdicional, partilhando experiências, somando esforços e observando, em cada passo, os princípios éticos e de governança que devem orientar o uso dessas ferramentas no Poder Judiciário.

Investiremos continuamente nas pessoas que sustentam o sistema. A capacitação e o desenvolvimento profissional de servidores, magistrados e equipes técnicas são condição da evolução do PJe.

Manteremos canais permanentes de diálogo, com encontros regulares, presenciais e virtuais, para a troca de experiências e a discussão de melhorias.

Entre nós está estabelecida a governança colaborativa, que é base para a solução de questões sobre padronização e autonomia, estabilidade e inovação, agilidade e cuidado, prioridade nacional e necessidade local.

A todos os tribunais, instituições e pessoas que partilham destes propósitos, esta carta é também declaração de abertura: a comunidade do PJe se constrói pela soma de seus integrantes.

Os participantes do Encontro PJe Novos Rumos